



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2011

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 296/2010, de 15 de abril de 2010, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberta, nesta unidade, licitação na modalidade **Pregão** (presencial), tipo **Menor Preço** (global), a ser realizada em sessão pública presencial a partir das **09:00 horas** (horário de Brasília-DF) do dia **14/04/2011**, oriunda do Processo nº 201100047000388, destinado a aquisição de móveis executados conforme condições e demais especificações estabelecidas no Edital e seus anexos, Lei estadual nº 16.920 de 08 de fevereiro de 2010, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e demais normas regulamentares aplicáveis. O Edital de Licitação encontra-se disponível no endereço citado abaixo ou no site www.tce.go.gov.br.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

Praça Pedro Ludovico Teixeira nº 332, Centro, Goiânia-GO

Fone/Fax: (0-xx-62) 3201-9028

Victor Deusdara Cruvinel

Pregoeiro



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

RECIBO DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2011

(FAVOR ENVIAR VIA FAX)

A licitante interessada em participar deste Pregão deverá, para possibilitar comunicações consideradas importantes por parte do Pregoeiro, enviar este recibo ao Comissão Permanente de Licitação pelo fone/fax 0-xx-62-3201-9176, contendo os seguintes dados:

NOME DA LICITANTE: _____

C.N.P.J.: _____

ENDEREÇO: _____

CEP: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

TELEFONE: _____

FAX: _____

E-MAIL: _____

PESSOA PARA CONTATO: _____

DATA: _____

(assinatura)

OBS: Toda informação adicional deste certame será divulgada conforme exigência em lei. Faz-se saber que o não envio deste documento preenchido corretamente, exime a Administração da obrigação de qualquer eventual informação deste Pregão diretamente à licitante.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2011 – TCE-GO

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS – TCE-GO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.291.730/0001-14, com sede em Goiânia, capital do Estado de Goiás, na Praça Pedro Ludovico Teixeira nº 332, Centro, telefones: (62) 3201-9028 e (62) 3201-9060, por intermédio do pregoeiro e da equipe de apoio instituída pela **Portaria nº 296/2010**, torna público o edital de **PREGÃO PRESENCIAL nº 002/2011**, Processo nº **201100047000388**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, licitação que será regida Lei estadual nº 16.920, de 08 de fevereiro de 2010 e subsidiariamente, no que couber, pelas disposições contidas na Lei Complementar nº 123/06, pelas demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e as regras deste edital e nos seguintes anexos que o integram:

- ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**
- ANEXO II – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A HABILITAÇÃO**
- ANEXO III – PLANILHA MODELO DE PROPOSTA**
- ANEXO IV – OUTRAS DECLARAÇÕES**
- ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO**

LOCAL DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO: Praça Pedro Ludovico Teixeira nº 332, Centro, Goiânia – Goiás, Edifício sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Bloco C, 3º andar, Sala da Coordenação de Fiscalização Estadual do TCE-GO.

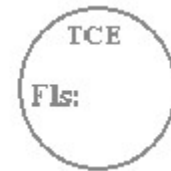
DATA: 14/04/2011
HORA: 09:00

O edital e as informações complementares poderão ser obtidos pela internet no site: www.tce.go.gov.br, pelo e-mail: cpl@tce.go.gov.br, ou junto ao pregoeiro e/ou equipe de apoio no endereço ou telefones indicados no preâmbulo deste edital (Bloco C, 3º Andar, Coordenação de Fiscalização Estadual – CFE).

A proposta comercial e a documentação, relativas à licitação, serão recebidas na data, horário e local acima informados ou, caso não haja expediente nesta data, no primeiro dia útil subsequente, quando as licitantes deverão apresentar dois envelopes devidamente fechados, designados **ENVELOPE Nº 01**, contendo a proposta comercial, e **ENVELOPE Nº 02**, contendo a documentação comprobatória de sua habilitação, os quais deverão indicar expressamente, na parte externa, o seguinte:

AO SR. PREGOEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2011
EMPRESA: (indicar a razão social da empresa)
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL

AO SR. PREGOEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2011
EMPRESA: (indicar a razão social da empresa)
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

1. OBJETO DO PREGÃO

1.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de móveis executados **conforme especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência**, que faz parte deste edital.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

2.1. A participação nesta licitação implica a aceitação, plena e irrevogável, das normas constantes no presente edital e nos seus anexos.

2.2. Não poderão participar deste pregão empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:

2.2.1. concordatária ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

2.2.2. que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública e, caso participe do processo licitatório, estará sujeita às penalidades previstas no Art. 97, parágrafo único da Lei federal 8.666/93;

2.2.3. que esteja suspensa de licitar junto ao CADFOR – Sistema Eletrônico de Administração de Compras e Serviços do Estado de Goiás – SEACS e ainda aqueles que não estiverem com cadastro homologado no CADFOR;

2.2.4. que esteja reunida em consórcio ou coligação.

2.3. Uma só pessoa não poderá representar duas ou mais empresas participantes.

2.3.1. O representante legal ou procurador da licitante poderá, a qualquer tempo, ser substituído por outro, desde que devidamente credenciado, devendo ser observada a restrição constante do sub item 2.3.

2.4. É facultado ao pregoeiro ou a qualquer autoridade superior:

2.4.1. a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase do pregão, sendo vedada a inclusão posterior de documento obrigatório que deveria constar originariamente da proposta;

2.4.2. relevar erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação do proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação;

2.4.3. convocar as licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas.

2.5. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás poderá revogar o presente pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

2.6. Em obediência ao que dispõe o art. 15 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei da Responsabilidade Fiscal - a adjudicação e consequente emissão de Nota de Empenho para a contratação das licitantes vencedoras deste pregão ficam condicionadas à liberação do respectivo recurso orçamentário, respeitado o prazo de validade da proposta.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

2.7. As dúvidas decorrentes da interpretação deste edital, as impugnações e os pedidos de informações adicionais que se fizerem necessários à elaboração das propostas deverão ser apresentadas ao pregoeiro, por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data de abertura da licitação, no horário e endereço constantes do preâmbulo deste edital.

2.7.1. As dúvidas e os pedidos de informação de que trata o sub item anterior não constituirão motivos para que se altere a data e o horário do pregão;

2.7.2. As dúvidas e pedidos de informação, bem como as respostas fornecidas, deverão ser divulgadas a todos os que retirarem o edital, resguardado o sigilo quanto à identificação da empresa consulente;

2.7.3. Caberá ao pregoeiro decidir sobre os pedidos de impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis;

2.7.4. Quando acolhida a petição de impugnação a este edital, será designada nova data para a realização deste pregão.

2.8. As alterações que venham a ocorrer no edital serão divulgadas pela mesma forma com que se deu a divulgação do texto original, reabrindo-se o prazo estabelecido, salvo se a alteração, inquestionavelmente, não afetar a formulação das propostas.

2.9. As situações não previstas neste edital, inclusive as decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão resolvidas pelo pregoeiro ou pela autoridade competente, desde que pertinentes com o objeto do pregão e observada a legislação.

2.10. Este edital e seus anexos, bem como a proposta vencedora, farão parte integrante do instrumento de contrato.

2.11. As empresas licitantes assumem todos os custos com a preparação e apresentação de suas propostas, independentemente da condução ou resultado do processo licitatório.

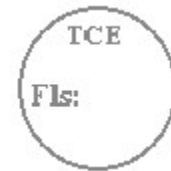
2.12. As licitantes são responsáveis pela veracidade das informações e autenticidade dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

2.13. A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, facultadas as supressões além desse limite, mediante acordo entre a contratante e a contratada.

2.14. Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações concedido às microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, licitantes que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no artigo terceiro da referida Lei.

2.15. Conforme estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

2.15.1. Para usufruir dos benefícios estabelecidos nesta Lei, a licitante que se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme definido nesta Lei, deverá declarar-se como tal no início da sessão pública do Pregão, se comprometendo a apresentar a documentação comprobatória caso venha a vencer o certame utilizando-se do benefício (Certidão emitida pela Junta Comercial ou outro documento que comprove o devido enquadramento na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte);



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

2.15.2. Após a fase de lances, as licitantes que se declararam microempresas ou empresas de pequeno porte e que se enquadrarem nos critérios de empate (art. 44) passarão aos procedimentos descritos no art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006. O pregoeiro convocará a primeira empresa para novo lance e cronometrará o prazo de 05 (cinco) minutos;

2.15.3. Não ocorrendo o lance, o sistema convocará a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte empatada e assim sucessivamente, até a ocorrência de um lance ou a desistência de todas as licitantes aptas a usufruir do benefício. Definido o novo vencedor ou mantido o lance originalmente vencedor, a sessão do Pregão transcorrerá sem alterações.

2.16. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, observados os direitos das participantes.

3. CREDENCIAMENTO

3.1. As licitantes deverão estar previamente cadastradas junto ao Cadastro de Fornecedores – CADFOR. Para cadastramento, renovação cadastral e regularização, o interessado deverá atender a todas as condições estabelecidas no art. 85, § 2º da Lei estadual nº 16.920/2010, até o 5º (quinto) dia útil anterior à data de abertura das propostas;

3.1.1. Não havendo pendências documentais será emitido o CRRC - Certificado de Regularidade de Registro Cadastral no prazo de 04 (quatro) dias úteis contados do recebimento da documentação;

3.1.2. A licitante que queira se cadastrar no CADFOR poderá solicitar a relação de documentos através do site: www.comprasnet.go.gov.br e endereçar a documentação correspondente conforme determinado neste "site".

3.2. O representante da empresa, entendendo-se como tal seu proprietário, sócio, dirigente ou assemelhado, ou procurador, deverá apresentar-se ao pregoeiro para fins de credenciamento, munido dos documentos abaixo relacionados, com o que será o único admitido a intervir nas fases do pregão, respondendo por sua representada:

a) carteira de Identidade ou outro documento de identificação oficial equivalente (original e uma cópia);

b) no caso de procurador: instrumento público ou particular de procuração onde esteja declarado expressamente ter poderes para formular ofertas e lances de preços, negociar preços diretamente com o pregoeiro e praticar todos os demais atos pertinentes ao pregão, em nome do proponente;

b.1) no caso de instrumento particular de procuração, deverá vir acompanhado de cópia do ato de investidura do outorgante (contrato social ou similar);

c) no caso de sócio da empresa, proprietário, dirigente ou assemelhado, deverá apresentar documento comprobatório de capacidade para representar a empresa (CONTRATO SOCIAL OU EQUIVALENTE), no qual estejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.3. Os documentos que credenciam o representante deverão ser entregues separadamente dos ENVELOPES nº 01 e nº 02 (PROPOSTA COMERCIAL e DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO), tão logo sejam estes solicitados pelo pregoeiro.

3.4. A não apresentação ou a incorreção do credenciamento não inabilitará a licitante, mas impedirá seu representante de se manifestar durante as fases do pregão, de ofertar lances verbais, e de praticar os demais atos inerentes ao certame em nome da empresa.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

3.5. Os documentos exigidos em qualquer fase deste pregão poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada, seja por cartório competente, seja pelo pregoeiro e membros de sua equipe de apoio à vista do respectivo original, ou ainda por publicação em órgão de imprensa oficial.

4. PROPOSTAS COMERCIAIS

4.1. No ENVELOPE nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL, deverá conter a proposta comercial, apresentada na forma do **Anexo III**, com observância das seguintes exigências:

a) ser datilografada ou impressa por processo eletrônico, em língua portuguesa, sem alternativas, emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas;

b) ser datada, assinada e rubricada em todas as folhas pelo representante legal da empresa ou pelo procurador, com poderes para tanto. Deverá constar o nome legível da pessoa que assina;

c) possuir a Razão Social e o CNPJ da licitante;

d) conter indicação do prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da mesma, **declarando** que, nesse prazo, os preços constantes na proposta ou em seu lance de menor valor são fixos e irrevogáveis. Em caso de omissão do prazo de validade, presumir-se-á 60 (sessenta) dias.

4.2. Sob pena de desclassificação da empresa licitante, a proposta deverá estar assinada pelo representante legal da empresa ou pelo procurador.

4.3. Havendo divergência entre o preço unitário e total, prevalecerá o unitário e, existindo divergência entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá este último.

4.3.1. Constatada a divergência prevista no item anterior, o pregoeiro efetuará as correções necessárias.

4.4. Serão desclassificadas as propostas apresentadas em desacordo com este edital.

4.5. Após a apresentação da proposta não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

4.6. Todas as empresas deverão cotar seus preços com todos os tributos cabíveis inclusos. A definição da licitante vencedora, por uma questão de isonomia, tomará como base os preços cotados com todos os tributos inclusos.

4.7. A licitante deverá apresentar Proposta Comercial, devendo o preço incluir todos os custos diretos e indiretos, tributos, etc. constituindo assim, a única remuneração pelo objeto a ser contratado.

4.8. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título.

5. SESSÃO DO PREGÃO

5.1. No local, data e horário indicados no preâmbulo deste edital, será dado início à sessão do pregão, sendo recomendável a presença dos participantes, 15 (quinze) minutos antes do horário previsto para a sua abertura.

5.1.1. É facultado ao pregoeiro, antes da abertura dos trabalhos, e, no horário destinado ao início do pregão, discorrer aos presentes sobre como se desenvolverá a sessão do pregão;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

5.1.2. O pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, solicitará aos representantes que apresentem os documentos na forma do item 3 deste edital, passando à identificação e credenciamento de 1 (um) representante por empresa participante.

5.2. ABERTURA DA SESSÃO

5.2.1. Concluída a fase de credenciamento, as licitantes deverão entregar ao pregoeiro a declaração de pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, Anexo II e os envelopes da proposta de preço e dos documentos de habilitação;

5.2.2. Após o encerramento da fase de credenciamento, o pregoeiro declarará aberta a sessão do pregão, após o que não serão mais admitidos novos proponentes;

5.2.3. Iniciada a sessão pública do pregão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro;

5.2.4. **RECEBIMENTO DOS ENVELOPES** – A seguir, o pregoeiro providenciará o recolhimento do ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e do ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO;

5.2.5. ABERTURA DO ENVELOPE Nº 01 - o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

5.3. LANCES VERBAIS

5.3.1. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no sub item 5.2.5, somente participarão da rodada de lances verbais e sucessivos a proposta de menor preço e as (02) duas melhores propostas subsequentes, quaisquer que sejam os preços oferecidos, totalizando (03) três propostas;

5.3.2. Serão realizadas tantas rodadas de lances quantas sejam necessárias à definição do menor lance para o valor do lote do Termo de Referência - ANEXO I.

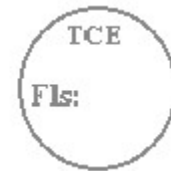
5.3.2.1. Entende-se por uma “rodada” cada oportunidade dada aos participantes, de ofertar, verbalmente, lance que seja inferior ao menor preço ofertado até aquele momento pelo mesmo licitante.

5.3.3. Durante as rodadas, será permitido às licitantes o uso de celulares ou outros meios de comunicação, para consulta à empresa que representa, pelo tempo disponibilizado pelo pregoeiro. Os veículos de comunicação deverão ser providenciados pelas licitantes;

5.3.4. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores aos anteriormente propostos pela mesma licitante que tenha sido anteriormente registrado no sistema, obedecendo, quando houver, ao percentual ou valor mínimo exigido entre os lances;

5.3.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido em primeiro lugar;

5.3.6. As empresas que não estiverem representadas na sessão do pregão para participação dos lances verbais, mas que se enquadrem em uma das situações contidas nos sub itens 5.2.5 ou 5.3.1, terão como menor e definitivo preço ofertado para o lote, aquele constante em sua PROPOSTA COMERCIAL e serão contadas para efeito de totalização das três empresas de que trata o sub item 5.3.1;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

5.3.7. O pregoeiro definirá e apresentará as empresas que participarão da rodada de lances verbais e dará início à convocação para a oferta de lances;

5.3.8. A convocação para a oferta de lances, pelo pregoeiro, terá como referencial os valores ofertados pelas empresas, iniciando-se com a empresa que tenha ofertado o maior preço em sua proposta comercial e finalizando com a de menor preço, devendo o lance ofertado ser inferior ao anteriormente proposto pela mesma licitante;

5.3.9. A cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, o que definirá a sequência dos lances seguintes;

5.3.10. A apresentação de lance é facultativa; entretanto, a desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante daquela etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas;

5.3.11. Havendo apenas uma proposta, desde que atenda a todas as condições do edital e estando o seu preço compatível com os praticados no mercado, poderá ela ser aceita, devendo o pregoeiro negociar, visando a obter preço melhor;

5.3.12. Declarado o encerramento da etapa competitiva, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira oferta classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;

5.3.13. Em caso de ocorrência de participação de licitante que detenha a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da Lei Complementar nº 123/06, será verificada a ocorrência de empate, entendendo-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada. Nesse caso será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte;

5.3.13.1. Para efeito do disposto no item acima, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada detentora da melhor oferta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, convocar-se-á as remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

5.3.14. Havendo empate, respeitado o disposto nos itens 5.3.13 e 5.3.13.1. acima, no caso de todas licitantes desistirem da fase de lances e se negarem a negociar com o Pregoeiro, serão utilizados para fins de desempate os seguintes critérios:

a) o disposto no § 2º do Art. 4º da Lei estadual nº 16.920/2010;

b) sorteio, em ato público, para a qual todas as licitantes serão convocadas.

5.3.15. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 5.3.13 e 5.3.14, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente detentora da melhor oferta;

5.3.16. Quando nenhuma licitante apresentar proposta válida, isto é, todas licitantes forem consideradas desclassificadas, a licitação será considerada fracassada.

5.4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.4.1. O critério de julgamento é baseado no menor preço **global**;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

5.4.2. Considerar-se-á vencedora do lote aquela que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos, ofertar o menor preço, após a fase de lances e aplicação dos critérios de desempate da Lei Complementar nº 123/2006, e ainda, for devidamente habilitada após apreciação da documentação, salvo a situação prevista no item 5.4.9 deste Edital;

5.4.3. Encerrada a etapa de lances, e a qualquer momento, o Pregoeiro poderá ofertar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que possa ser obtida melhor proposta, bem como decidir sobre sua aceitação;

5.4.4. Caso não se realizem lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado da contratação;

5.4.5. Havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita;

5.4.6. Sendo aceitável a oferta de menor preço, o pregoeiro informará quem é a licitante detentora da melhor oferta, respeitada as disposições dos itens 5.3.13 e 5.3.14;

5.4.7. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será adjudicado o objeto para a licitante que apresentou proposta do menor preço final, ressalvado o previsto no item 5.4.9, deste Edital.

5.4.8. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se a licitante detentora da melhor oferta desatender às exigências habilitatórias, salvo na situação prevista no item 5.4.9, o Pregoeiro restabelecerá a etapa competitiva de lances entre os licitantes.

5.4.9. Será desclassificada a proposta que:

a) for elaborada em desacordo com as exigências do Edital e seus Anexos;

b) for cotada com valor superior aos praticados no mercado ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não tenham conseguido demonstrar sua viabilidade por meio de documentação que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e de que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;

c) apresentar proposta alternativa tendo como opção de preço ou marca, ou oferta de vantagem baseada na proposta das demais licitantes.

5.4.10. Caso ocorra desclassificação ou inabilitação por responsabilidade exclusiva da licitante, a mesma poderá sofrer as sanções previstas neste Edital.

5.4.11. O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

5.4.12. Da sessão pública do Pregão, será gerada ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no site www.tce.go.gov.br.

5.4.13. O resultado final será disponibilizado no site: www.tce.go.gov.br, para intimação e conhecimento dos interessados.

5.5. HABILITAÇÃO

5.5.1. O ENVELOPE Nº 02, contendo a documentação comprobatória de habilitação, deverá ser entregue em envelope não-transparente e fechado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

5.5.2. A habilitação da licitante detentora da melhor oferta será verificada ao final da etapa de lances. A licitante deverá estar registrada no CADFOR (Cadastro de Fornecedores do sistema [SE@CS](#) do Estado de Goiás), com o seu CRRC (Certificado de Regularidade de Registro Cadastral) em vigência, compatível com o objeto licitado.

5.5.3. A licitante regularmente cadastrada fica desobrigada de apresentar os documentos exigidos nos sub-itens 5.5.4.1, 5.5.4.2 e 5.5.4.3 do item 5.5.4 deste Edital, desde que estejam com regularidade e com suas datas de vencimento em vigor na data da realização da sessão.

5.5.4. Para habilitar-se nesta licitação, as licitantes deverão apresentar a documentação que segue:

5.5.4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) registro comercial, no caso de empresário;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos os poderes dos titulares para exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa. No caso de sociedade por ações e demais sociedades empresárias que elejam seus administradores em atos apartados, deverão ser apresentados tais documentos, devidamente registrados na Junta Comercial, dispensada a sua apresentação nesta fase caso o respectivo documento já tenha sido apresentado na fase de credenciamento;

c) inscrição no registro competente do ato constitutivo, no caso de sociedades civis ou não empresárias, acompanhado de prova de investidora ou nomeação da diretoria em exercício;

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.5.4.2. REGULARIDADE FISCAL

a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF – ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ –;

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) prova de regularidade para com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) prova da regularidade para com a Fazenda Pública do Estado de Goiás;

e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, demonstrando cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

5.5.4.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial, expedida na sede da pessoa jurídica;

a.1) as licitantes cuja sede esteja situada fora da capital do Estado de Goiás deverão apresentar relação dos cartórios de distribuição da comarca que expedem a certidão, emitida pelo órgão competente, bem como uma certidão emitida por cada cartório distribuidor.

5.5.4.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante forneceu ou está fornecendo serviços da mesma natureza ou similares ao da presente licitação, devendo o(s) documento(s) conter o nome, o endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outra forma de que seja possível manter contato com a(s) empresa(s) declarante(s);

5.5.4.5. OUTRAS DECLARAÇÕES – ANEXO IV

a) Declaração expressa de que a empresa cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e art. 118, inciso V, da Lei estadual nº 16.920, de 08 de fevereiro de 2010;

b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.

5.5.4.6 As declarações e os documentos incorretos, ausentes e/ou omissos que possam ser substituídos imediatamente ou obtidos por meio eletrônico, não acarretarão a inabilitação da licitante, desde que a falha formal seja sanada no próprio ato de habilitação;

5.5.4.7 As certidões que não possuem prazo de validade serão consideradas a partir da data de emissão, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias da data prevista para a entrega dos envelopes;

5.5.4.8. A aceitação das certidões extraídas via Internet fica condicionada à prévia averiguação, pelo pregoeiro, de sua veracidade, mediante conferência no respectivo site;

5.5.4.9. Os documentos deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada, seja por cartório competente, seja pelo pregoeiro e membros de sua equipe de apoio à vista do respectivo original, ou ainda por publicação em órgão de imprensa oficial;

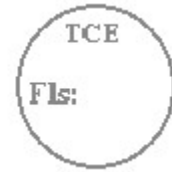
5.5.4.10. Sob pena de inabilitação da licitante, os documentos de habilitação deverão ser assinados pelo representante legal da empresa ou pelo procurador da mesma, devendo constar nestes a assinatura e o nome legível do subscritor;

5.5.4.11. Serão consideradas inabilitadas as licitantes que deixarem de apresentar a documentação solicitada ou apresentarem-na incompleta.

6. RECURSOS

6.1. Qualquer licitante poderá manifestar motivadamente a intenção de interpor recurso contra a decisão do Pregoeiro, explicitando sucintamente suas razões, no prazo máximo de 10 (dez) minutos após abertura do prazo recursal pelo pregoeiro.

6.2. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

6.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará decadência do direito de recurso.

6.4. À licitante que manifestar intenção de interpor recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem, contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

6.5. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais.

6.6. O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo para o(s) item (ns) que disser respeito, cabendo à autoridade competente julgá-lo no prazo de 3 (três) dias úteis.

6.7. O acolhimento do recurso pelo Pregoeiro ou pela autoridade competente importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.8. Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto à licitante vencedora.

6.9. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento as interessadas, através de comunicação, por escrito via fax e divulgação nos "sites" pertinentes.

7. ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

7.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao fornecedor vencedor, com a posterior homologação do resultado pela autoridade competente.

7.2. Decididos os recursos, porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

7.3. A homologação da presente licitação compete ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás ou a pessoa cuja esta competência tenha sido delegada.

8. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

8.1. As impugnações e esclarecimentos ao Edital do Pregão serão recebidos em até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão do Pregão.

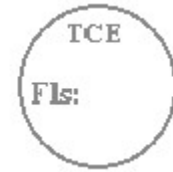
8.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de até 3 (três) dias úteis.

8.3. Deferida a impugnação contra o Edital do Pregão, será designada nova data para realização do certame.

9. FATURAMENTO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

9.1. Após a homologação da licitação será emitida Nota de Empenho a favor da(s) Adjudicatária(s), que após a entrega do objeto, conforme estabelecido no Termo de Referência, Anexo I, deverá(ão) protocolizar perante ao Tribunal de Contas do Estado, na Divisão Administrativa, a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) correspondente(s).

9.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após protocolização e aceitação pelo TCE da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente atestada pela Divisão Administrativa.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

9.3. Para efetivação do pagamento ainda será solicitada a apresentação do CRRC – Certificado de Regularidade de Registro Cadastral e outros documentos que possam ser considerados pertinentes pela Divisão de Orçamentos e Financias do TCE, devendo a contratada manter todas as condições de habilitação exigidas pela Lei.

9.4. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado no item 9.2, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

9.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto perdurar pendência em relação a parcela correspondente ou em virtude de penalidade ou inadimplência.

9.6. Os preços serão fixos e irremovíveis pelo período de 12 (doze) meses contados da apresentação da proposta. Após este período será utilizado o IPC-A (IBGE) como índice de reajustamento.

9.7. Ocorrendo atraso no pagamento em que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para o mesmo, a contratada fará jus à compensação financeira devida, desde a data limite fixada para pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:

EM = N x Vp x (I / 365) onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A aquisição do objeto desta licitação será efetuada à conta da classificação orçamentária 2011.0201.01.032.3002.2.035, Grupo 04, natureza de despesas 4.4.90.52.24 (Mobiliário em Geral) do corrente exercício.

11. PENALIDADES

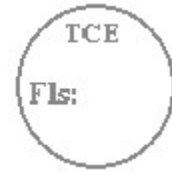
11.1. À licitante e à contratada que, incorrendo nas faltas referidas no art. 200 da Lei estadual nº 16.920/2010, não assinar o contrato ou instrumento equivalente, aplicam-se, segundo a natureza e a gravidade da falta, assegurados a ampla defesa e o contraditório, as sanções previstas nos artigos 201 e 204 da referida Lei.

11.2. A inexecução contratual, ou de instrumento equivalente, inclusive por atraso injustificado na execução, sujeitará a contratada, além das penalidades referidas no item anterior, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II – 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;

III – 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

11.3. Antes da aplicação de qualquer penalidade serão garantidos à contratada o contraditório e a ampla defesa. A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

12 . CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

12.1. Após homologação será emitida Nota de Empenho em favor da(s) licitante(s) vencedora(s). O ajuste firmado entre as partes será formalizado através da Nota de Empenho e Contrato, conforme Anexo V, do Edital.

12.2. Quando a licitante vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, ou recusar-se a assiná-lo, o Pregoeiro convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão, para negociar diretamente com a proponente melhor classificada e respeitado os procedimentos já definidos neste Edital, será declarada a nova adjudicatária do objeto deste Pregão.

12.3. Neste caso, a recusa injustificada da adjudicatária caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas em lei, exceção feita às licitantes que se negarem a aceitar a contratação, fora da validade de suas propostas.

12.4. Como condição para celebração do ajuste e durante a sua vigência, sempre que a administração o requerer, o fornecedor registrado deverá apresentar rol que contemple todo o quadro societário da empresa, constante inclusive os sócios anônimos, quando houver.

12.5. A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 176 a 179 da Lei estadual nº 16.920/2010.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra. Após o registro da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento.

13.3. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

13.4. É vedada a subcontratação do objeto ora licitado, sem a expressa anuência da Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

13.5. Na contagem dos prazos previstos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, considerando-se os dias consecutivos, exceto quando houver disposição em contrário. Somente se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente regular e integral na Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

13.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

13.6.1. Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos de processualização, bem como não importem em vantagem a um ou mais licitantes em detrimento dos demais.

13.7. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições da licitação, os acréscimos ou supressões, nos termos do §1º do artigo 154, Lei estadual nº 16.920/2010.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

13.8. A Administração poderá, até a assinatura do contrato ou outro instrumento equivalente, inabilitar a licitante sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, as qualificações técnica e econômico-financeira e a regularidade fiscal da licitante. Neste caso, o Pregoeiro convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com a proponente melhor classificada, respeitando os procedimentos já descritos neste Edital até que seja o objeto adjudicado à licitante declarada vencedora.

13.9. É de responsabilidade da licitante o acompanhamento do processo pelo site: www.tce.go.gov.br até a data da realização da sessão pública de abertura do Pregão.

13.10. É facultado ao Pregoeiro ou autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública, salvo a situação prevista no item 5.4.9 deste Edital.

14. FORO

14.1. Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia - Goiás, para dirimir eventuais pendências oriundas do presente pregão, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Goiânia, 14 de março de 2011.

LUCIANA PIRES BORGES
EQUIPE DE APOIO

LUIZ PAULO BARBOSA DA CONCEIÇÃO
EQUIPE DE APOIO

NÍVIA DE OLIVEIRA FILHO
EQUIPE DE APOIO

PRISCILA SIQUEIRA PEU
EQUIPE DE APOIO

VICTOR DEUSDARA CRUVINEL
PREGOEIRO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2011

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de execução e fornecimento de mobiliário para os Gabinetes do Conselheiro Kennedy Trindade e Auditor Flávio Rodrigues e Secretaria Geral do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A solicitação se justifica pela necessidade de compor os ambientes destes Gabinetes e Secretaria Geral. A execução do mobiliário visa adaptar as condições de trabalho de modo a propiciar-lhes um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente.

3. PRAZO DE ENTREGA

3.1. Até 40 (quarenta) dias, contados do recebimento da nota de empenho pela respectiva licitante vencedora.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES–PROJETOS/LAYOUT E ORÇAMENTOS/MÉDIA DE PREÇOS ESTIMADOS

4.1. Valor Total estimado da execução do mobiliário é de R\$ 31.703,98 (*Trinta e um mil reais e setecentos e três reais e noventa e oito centavos*).
Ver Anexo I, Anexo II e Anexo III, respectivamente.

4.2. A proposta deverá conter:

- a) especificação completa e outros elementos indispensáveis à precisa caracterização de cada um dos itens;
- b) preços unitários e totais de cada um dos itens cotados conforme modelo de planilha, anexo deste Termo de Referência. Em caso de divergência entre o valor unitário e total, será considerado o primeiro, e entre os expressos em algarismos e por extenso será considerado este último;
- c) data e assinatura da proponente.

5. DA GARANTIA

5.1. Garantia pelo período de **02 (dois) anos**, deverá ser dada pela empresa contratada;

5.2. Assistência Técnica Corretiva: Caso não seja possível efetuar o conserto no local a empresa contratada recolherá o(s) bens para efetuar a devida manutenção em local por ela desejado, correndo todas as despesas, com a retirada e nova entrega, por sua conta.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

6. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. Os móveis serão recebidos por uma comissão de servidores designados para tal fim, pela Segunda Divisão de Fiscalização de Engenharia, ficando-lhes assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens constantes deste Termo de Referência, além dos seguintes:

- a) Conferir as especificações, quantidade e qualidade dos móveis e a correção da sua montagem;
- b) Atestar a Nota Fiscal ou Fatura da empresa;
- c) Encaminhar a Nota Fiscal à Segunda Divisão de Fiscalização de Engenharia ou para a Divisão Administrativa para fins de registros e posterior pagamento.

6.2. A empresa contratada deverá efetuar a entrega dos móveis em perfeitas condições de uso, conforme a proposta apresentada, as especificações técnicas e os níveis de qualidade exigidos, dentro do horário de expediente do Órgão.

7 - FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS

7.1. A fiscalização será exercida pela Segunda Divisão de Fiscalização de Engenharia, a qual competirá dirimir dúvidas que surgirem no decorrer do período do contrato;

7.2. Sem prejuízo da plena responsabilidade da empresa perante o Tribunal ou a terceiro, os serviços estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora, em todos os móveis instalados ou completados e a presença da fiscalização não diminuirá a responsabilidade da empresa contratada na sua execução;

7.3. Caberá a Segunda Divisão de Fiscalização de Engenharia, efetuar as chamadas relativas à manutenção corretiva e ajustes em geral;

7.4. À Comissão de Recebimento fica assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens do Termo de Referência, da proposta da empresa, além das seguintes:

- a) Solicitar justificadamente a substituição de qualquer empregado da empresa contratada que comprometa a perfeita execução dos serviços; que crie obstáculos à fiscalização; que não corresponda às técnicas ou às exigências disciplinares da Administração; ou aquele cujo comportamento ou capacidade técnica a fiscalização julgue impróprio para a execução dos serviços;
- b) Rejeitar, totalmente ou em parte, qualquer material que não esteja de acordo com as exigências, ou aquele que não seja comprovadamente original e novo, assim considerados de primeiro uso;

8. DAS RESPONSABILIDADES DA EMPRESA CONTRATADA

8.1. Fornecer o mobiliário observando rigorosamente os prazos, as especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Proposta de Preços, observando as normas técnicas exigidas, fornecendo todas as informações eventualmente solicitadas;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

8.2. Orientar seus empregados, considerando as peculiaridades do Órgão e quaisquer dados técnicos referentes ao local da entrega e dos possíveis serviços futuros;

8.3. Fornecer assistência técnica, durante o período da garantia, por meio de mão-de-obra qualificada, utilizando material, peças e componentes necessários, novos;

8.4. Responsabilizar-se por todas as despesas relativas aos materiais, mão-de-obra, embalagens, ferramentas, fretes, transportes, impostos, taxas, ou quaisquer outras incidentes sobre o fornecimento e os serviços;

8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus empregados na entrega do material e na prestação dos serviços;

8.6. Fornecer, junto com o mobiliário, a Nota Fiscal-Fatura.

9. DAS RESPONSABILIDADES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

9.1. Proporcionar todas as facilidades para que a empresa contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições do processo da execução e fornecimento do mobiliário;

9.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor, fixando prazo para substituição dos bens;

9.3. Designar a Comissão de Recebimento para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, bem como efetuar os recebimentos provisórios e definitivos;

9.4. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

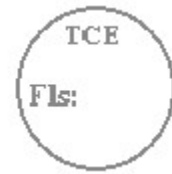
10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis, em uma única parcela, por empresa, mediante crédito em conta corrente, após a entrega do mobiliário e aceite definitivo;

10.2. O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária em conta corrente, indicada pelo fornecedor, após aceitação dos bens licitados.

11. LOCAL DE ENTREGA DO MOBILIÁRIO

Dependências do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, situado à Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira nº 332 Centro – Goiânia – Goiás – CEP 74.003-010 – Telefone nº (62) 3201-9050 e (62) 3201-9023, conforme indicado no presente Termo de Referência e nos projetos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

12. VALOR ESTIMADO

ITEM	Descrição de Material	QTD und	FINART		IMOL		STUDIO G		Média Unitária R\$	Média Total R\$
			Preço Unitário R\$	Total R\$	Preço Unitário R\$	Total R\$	Preço Unitário R\$	Total R\$		
1	ESTANTE GABINETE Reforma de estante existente medindo 4,88x0,60x2,79m (CxLxH) – revestir estrutura e vão aberto em laminado natural Carvalho Americano Castanho. Substituir portas superiores e inferiores, e porta central em vidro 4mm com película protetora pintado c/ perfil de alumínio . Acabamento PU .	1	7.200,00	7.200,00	8.886,00	8.886,00	6.806,00	6.806,00	7.630,66	7.630,00
2	MÓVEL TV medindo 1,90x0,45x0,60m (CxLxH) – estrutura em compensado com revestimento em laminado natural Carvalho Americano Castanho. Rodapé em compensado naval e gavetas em MDF, com o mesmo revestimento e com corredeiras de extração total, com amortecimento. Acabamento PU.	1	3.270,00	3.270,00	2.888,00	2.888,00	2.143,00	2.143,00	2.767,00	2.767,00
3	MESA COMPUTADOR medindo 1,10x0,65x0,76m (CxLxH) – em compensado com revestimento em laminado natural Carvalho Americano tonalizado na cor Castanho, acabamento PU.	1	1.670,00	1.670,00	1.339,00	1.339,00	870,00	870,00	1.293,00	1.293,00
4	MESA DE REUNIÃO medindo diâmetro-1,20m e altura -0,76m, em compensado com revestimento em laminado natural Carvalho Americano Castanho, acabamento PU. Tampo central em MDF 15mm embutido na mesa revestido com couro preto.	1	2.700,00	2.700,00	1.645,00	1.645,00	1.078,00	1.078,00	1.807,66	1.807,66
5	MESA CONSELHEIRO Reforma medindo m (CxLxH), reforma de mesa existente, revestir em laminado natural Carvalho Americano tonalizado na cor Castanho, trocar couro existente, puxadores e tranca.	1	2.780,00	2.780,00	2.548,00	2.548,00	1.200,00	1.200,00	2.176,00	2.176,00
6	ARMÁRIO BANHO sob bancada de granito existente medindo 1,48x0,60x0,30x0,56m (CxLxH), – em MDF 18mm com revestimento em laminado melamínico texturizado na cor marfim.	1	1.470,00	1.470,00	1.462,00	1.462,00	863,00	863,00	1.265,00	1.265,00
7	ARMÁRIO COPA suspenso, medindo 1,43x0,40x0,91m (CxLxH) – em MDF 18mm com revestimento em laminado melamínico texturizado na cor marfim. Portas de abrir e portas basculantes com pistão a ar e c/ sistema de bater com amortecimento.	1	1.530,00	1.530,00	1.312,00	1.312,00	1.866,00	1.866,00	1.569,33	1.569,33
8	ESTANTE ASSESSORIA medindo 4,11x0,50x2,80m (CxLxH) em MDF com revestimento em laminado melamínico texturizado cor argila, na parte superior com prateleiras em MDF 25mm e portas em MDF 18mm de abrir. Na parte inferior com portas em MDF 18mm de abrir c/ 01 prateleira interna em MDF 25mm. Corredeiras para teclados deslizante- modelo TIS 40404-FGV.	1	9.200,00	9.200,00	8.895,00	8.895,00	6.896,00	6.896,00	8.330,00	8.330,00
9	ARMÁRIO BAIXO/ SUSP. ASSESSORIA medindo 1,60x0,56mx75/2,45m (CxLxH), em MDF 18mm com revestimento em laminado melamínico texturizado na cor argila. Portas de abrir em MDF 18mm com revestimento em laminado melamínico texturizado na cor marfim. Conforme Projeto. QUANTIDADE: 01	1	1.550,00	1.550,00	2.049,00	2.049,00	1.230,00	1.230,00	1.609,66	1.609,66
10	BALCÃO RECEPÇÃO Adequação de balcão - Complementação de painéis frontais inferior em MDF 15mm na cor Maple, similar existente, medindo 2,36x0,44m e 1,50x0,44m (CxH).	1	400,00	400,00	502,00	502,00	589,00	589,00	497,00	497,00
11	ARMÁRIO C/ 2 GAVETAS VOLANTE 01 porta de abrir e 02 gavetas, medindo 0,48x0,45x0,70m (CxLxH), em MDF com revestimento em laminado melamínico texturizado na cor marfim, com 04 rodízios em alumínio e fibra, sendo os 02 frontais com trava.	3	800,00	2.400,00	626,00	1.878,00	648,00	2.052,00	691,33	2.110,00
12	ARMÁRIO C/ 1 GAVETAS VOLANTE 01 porta de abrir e 02 gavetas, medindo 0,48x0,45x0,62m (CxLxH), em MDF com revestimento em laminado melamínico texturizado na cor marfim, com 04 rodízios em alumínio e fibra, sendo os 02 frontais com trava.	1	750,00	750,00	564,00	564,00	634,00	634,00	649,33	649,33
TOTAL										31.703,98

Arq.ª Ana Cristina de Castro Abreu de Almeida
Inspetora

Eng.ª Letícia Jardim de Paiva
Diretora

13. ESPECIFICAÇÕES PARA EXECUÇÃO DE MOBILIÁRIOS

- GABINETE CONSELHEIRO KENNEDY TRINDADE

ITEM 1

ESTANTE GABINETE Reforma de estante existente medindo 4,88x0,60x2,79m (CxLxH) – revestir estrutura e vão aberto em laminado natural Carvalho Castanho. Retirar 04 colunas. Substituir portas superiores e inferiores, por portas em MDF 18mm revestidas em laminado natural Carvalho Americano tonalizado na cor Castanho e porta central em vidro 4mm com película protetora pintado c/ perfil de alumínio (frente 5mm). Puxadores tipo Barra de alumínio (ref. SP027), e portas de madeira com trancas e chaves. Acabamento PU (Poliuretano). Dobradiças de metal tipo “click”.
Conforme Projeto.
QUANTIDADE: 01



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

ITEM 2

MÓVEL TV medindo 1,90x0,45x0,60m (CxLxH) – estrutura em compensado com revestimento em laminado natural Carvalho Americano tonalizado na cor Castanho. Rodapé em compensado naval, com o mesmo revestimento. Gavetas em MDF, com o mesmo revestimento e com corrediças de extração total, com amortecimento. Puxadores tipo Barra de alumínio (ref. SP027), com trancas e chaves. Acabamento PU.

Conforme Projeto.

QUANTIDADE: 01

ITEM 3

MESA COMPUTADOR medindo 1,10x0,65x0,76m (CxLxH) – em compensado com revestimento em laminado natural Carvalho Americano tonalizado na cor Castanho, acabamento PU.

Conforme Projeto.

QUANTIDADE: 01

ITEM 4

MESA DE REUNIÃO medindo diâmetro-1,20m e altura -0,76m, em compensado com revestimento em laminado natural Carvalho Americano tonalizado na cor Castanho, acabamento PU. Tampo central em MDF 15mm embutido na mesa revestido com couro preto. Base em compensado naval revestida em laminado natural Carvalho Americano tonalizado na cor Castanho.

Conforme Projeto.

QUANTIDADE: 01

ITEM 5

MESA CONSELHEIRO medindo 2,00x0,96x0,75m (CxLxH), reforma de mesa existente, revestir em laminado natural Carvalho Americano tonalizado na cor Castanho, trocar couro existente, puxadores e tranca.

Conforme Levantamento/Projeto.

QUANTIDADE: 01

ITEM 6

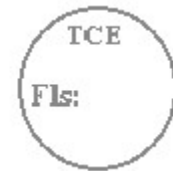
ARMÁRIO BANHO sob bancada de granito existente medindo 1,48x0,60/0,30x0,56m (CxLxH), – em MDF 18mm com revestimento em laminado melamínico texturizado na cor marfim. Portas de abrir em MDF 18mm com revestimento em laminado melamínico texturizado na cor marfim. Dobradiças de metal tipo “click”, Puxadores tipo Barra de alumínio (ref. SP027). Prateleira de vidro 15mm, fixada com jacarés de metal.

Conforme Projeto.

QUANTIDADE: 01

ITEM 7

ARMÁRIO COPA suspenso, medindo 1,43x0,40x0,91m (CxLxH) – em MDF 18mm com revestimento em laminado melamínico texturizado na cor marfim. Portas em MDF 18mm com revestimento em laminado melamínico texturizado na cor marfim, sendo 01 Porta de abrir, com 01 prateleira interna removível com dobradiças de metal tipo “click”- e 02 Portas Basculantes com pistão a ar e c/ sistema de bater com amortecimento. Puxadores tipo Barra de alumínio (ref. SP027), trancas e chaves.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

Conforme Projeto.

QUANTIDADE: 01

ITEM 8

ESTANTE ASSESSORIA medindo 4,11x0,50x2,80m (CxLxH) – em MDF com revestimento em laminado melamínico texturizado cor argila, na parte superior com prateleiras em MDF 25mm e portas em MDF 18-mm de abrir. Na parte inferior com portas em MDF 18-mm de abrir c/ 01 prateleira interna em MDF 25mm. Dobradiças de metal tipo “click” e puxador perfil de alumínio e trancas com chaves. Corrediças para teclado deslizante – modelo TTS 40404-FGV.

Conforme Projeto.

QUANTIDADE: 01

ITEM 9

ARMÁRIO BAIXO E SUSPENSO ASSESSORIA medindo 1,60x0,56mx75/2,45m (CxLxH), – em MDF 18mm com revestimento em laminado melamínico texturizado na cor argila. Portas de abrir em MDF 18mm com revestimento em laminado melamínico texturizado na cor marfim. Dobradiças de metal tipo “click”, puxadores perfil de alumínio.

Conforme Projeto.

QUANTIDADE: 01

SECRETARIA GERAL

ITEM 11

BALCÃO RECEPÇÃO Adequação de balcão - Complementação de painéis frontais inferior em MDF 15mm na cor Maple, similar existente, medindo 2,36x0,44m e 1,50x0,44m (CxH).

Conforme Projeto.

QUANTIDADE: 01

- GABINETE AUDITOR FLÁVIO RODRIGUES

ITEM 12

ARMÁRIO C/ 2 GAVETAS VOLANTE 01 porta de abrir e 02 gavetas, medindo 0,48X0,45X0,70M (CXLXA), em MDF com revestimento em laminado melamínico texturizado na cor marfim, com 04 rodízios em alumínio e fibra, sendo os 02 frontais com trava. Puxadores tipo barra de alumínio (ref.SP027) e trancas com chaves.

Conforme Projeto.

QUANTIDADE: 03

ITEM 13

ARMÁRIO C/ 1 GAVETA VOLANTE 01 porta de abrir e 01 gaveta, medindo 0,48X0,45X0,62M (CXLXA), em MDF com revestimento em laminado melamínico texturizado na cor marfim, com 04 rodízios em alumínio e fibra, sendo os 02 frontais com trava. Puxadores tipo barra de alumínio (ref.SP027) e trancas com chaves.

Conforme Projeto.

QUANTIDADE: 01



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

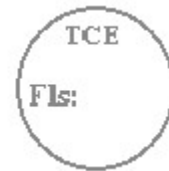
14. RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA

15.1. Eng.^a Letícia Jardim de Paiva
Arq.^a Ana Cristina de Castro Abreu Almeida.

Goiânia, 10 de fevereiro de 2011.

Arq.^a Ana Cristina de Castro Abreu de Almeida
Inspetora

Eng.^a Letícia Jardim de Paiva
Diretora



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2011

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº _____ / _____

PROCESSO Nº _____

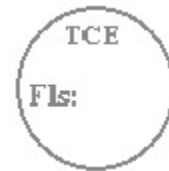
OBJETO: _____

DECLARAÇÃO

..... inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº.....DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constantes do Edital acima referido.

_____, ____ de _____ de 2011.

Representante Legal
(com carimbo da empresa)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2011
ANEXO III - PLANILHA MODELO DE PROPOSTA

PROCESSO: 201100047000388
NOME DA EMPRESA:
ENDEREÇO:
CNPJ/MF:
INSCRIÇÃO ESTADUAL/MUNICIPAL:
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

PROPOSTA DE PREÇOS:

ITENS	QNT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
ESTANTE GABINETE Reforma de estante existente medindo 4,88x0,60x2,79m (CxLxH) – revestir estrutura e vão aberto em laminado natural Carvalho Americano Castanho. Substituir portas superiores e inferiores, e porta central em vidro 4mm com película protetora pintado c/ perfil de alumínio. Acabamento PU.	1		
MÓVEL TV medindo 1,90x0,45x0,60m (CxLxH) – estrutura em compensado com revestimento em laminado natural Carvalho Americano Castanho. Rodapé em compensado naval e gavetas em MDF, com o mesmo revestimento e com corrediças de extração total, com amortecimento. Acabamento PU.	1		
MESA COMPUTADOR medindo 1,10x0,65x0,76m (CxLxH) – em compensado com revestimento em laminado natural Carvalho Americano tonalizado na cor Castanho, acabamento PU.	1		
MESA DE REUNIÃO medindo di 1,20m e altura -0,76m, em compensado com revestimento em laminado natural Carvalho Americano Castanho, acabamento PU. Tampo central em MDF 15mm embutido na mesa revestido com couro preto.	1		
MESA CONSELHEIRO Reforma medindo m (CxLxH), reforma de mesa existente, revestir em laminado natural Carvalho Americano tonalizado na cor Castanho, trocar couro existente, puxadores e tranca.	1		
ARMÁRIO BANHO sob bancada de granito existente medindo 1,48x0,60/0,30x0,56m (CxLxH), – em MDF 18mm com revestimento em laminado melamínico texturizado na cor marfim.	1		
ARMÁRIO COPA suspenso, medindo 1,43x0,40x0,91m (CxLxH) – em MDF 18mm com revestimento em laminado melamínico texturizado na cor marfim. Portas de abrir e portas basculantes com pistão a ar e c/ sistema de bater com amortecimento.	1		
ESTANTE ASSESSORIA medindo 4,11x0,50x2,80m (CxLxH) em MDF com revestimento em laminado melamínico texturizado cor argila, na parte superior com prateleiras em MDF 25mm e portas em MDF 18-mm de abrir. Na parte inferior com portas em MDF 18-mm de abrir c/ 01 prateleira interna em MDF 25mm. Corrediças para teclados deslizante– modelo TTS 4040-FGV.	1		
ARMÁRIO BAIXO/ SUSP. ASSESSORIA medindo 1,60x0,56mx75/2,45m (CxLxH), em MDF 18mm com revestimento em laminado melamínico texturizado na cor argila. Portas de abrir em MDF 18mm com revestimento em laminado melamínico texturizado na cor marfim. Conforme Projeto.	1		
BALCÃO RECEPÇÃO Adequação de balcão - Complementação de painéis frontais inferior em MDF 15mm na cor Maple, similar existente, medindo 2,36x0,44m e 1,50x0,44m (CxH).	1		
ARMÁRIO C/ 2 GAVETAS VOLANTE 01 porta de abrir e 02 gavetas, medindo 0,48X0,45X0,70M (CXLXA), em MDF com revestimento em laminado melamínico texturizado na cor marfim, com 04 rodízios em alumínio e fibra, sendo os 02 frontais com trava.	3		
ARMÁRIO C/ 1 GAVETAS VOLANTE 01 porta de abrir e 02 gavetas, medindo 0,48X0,45X0,62M (CXLXA), em MDF com revestimento em laminado melamínico texturizado na cor marfim, com 04 rodízios em alumínio e fibra, sendo os 02 frontais com trava.	1		
TOTAL GERAL			

*Os valores grafados por extenso deverão ser transcritos abaixo desta tabela de Proposta de Preços.

A licitante declara que os preços incluem todos os custos diretos e indiretos, encargos tributários, transportes, encargos trabalhistas, dentre outros.

_____, em ____ de _____ de 2011.

Representante Legal
(com carimbo da empresa)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2011

ANEXO IV - OUTRAS DECLARAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº _____ / _____

PROCESSO Nº _____

(NOME DA EMPRESA) _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, por meio de seu representante legal (nome) _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador do RG nº _____,

a) DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 118 da lei estadual nº 16.920, de 08 de fevereiro de 2010, acrescido do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesesseis anos.

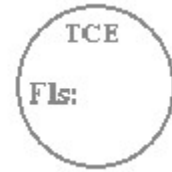
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

b) DECLARA, para os devidos fins e a quem possa interessar, que na perda das condições de habilitação, na superveniência de fatos impeditivos de contratar com o poder público e na perda da capacidade técnica estabelecida no instrumento convocatório, contrato e legislação, compromete-se a comunicar imediatamente o Tribunal de Contas do Estado, sob as penas da Lei.

c) DECLARA, para todos os fins de direito e sob as penas da lei que **não possui** em seus quadros de empregados e em seu corpo societário/acionário cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau, de Conselheiros, Auditores e Procuradores de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

Goiânia, _____ de _____ de 2011.

Representante Legal
(com carimbo da empresa)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

PREGÃO Nº 002/2011
ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO

Contrato de confecção de móveis firmado entre o Tribunal de Contas do Estado de Goiás e a empresa _____.

Aos ____ do mês de _____ de 2011, nesta cidade de Goiânia, Estado de Goiás, no Gabinete da Presidência do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS** (CNPJ nº 02.291.730/0001-14), na Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, nº 332, Centro, Goiânia-GO, doravante denominado **CONTRATANTE**, na presença do Conselheiro Presidente, Dr. Edson José Ferrari, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Goiânia - GO, na qualidade de representante do Tribunal de Contas, compareceu a firma _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com Inscrições Estadual nº _____, e Municipal nº _____, com endereço à (Rua/av.) _____, de ora em diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, brasileiro, solteiro/casado, profissão _____, residente e domiciliado à rua _____, com a C.I. nº _____, portador do CPF/MF nº _____ e, conforme o que consta do processo nº 201100047000388, resultante da homologação e adjudicação da Licitação Pregão nº 002/2011, com o Despacho nº _____ GPRES/2011, resolvem, com sujeição às normas ditadas pela Lei estadual 16.920/2010, celebrar o presente contrato de aquisição, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste contrato é a aquisição de móveis para fornecer ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás, conforme especificado no Anexo I, do Pregão nº 002/2011, que passam a fazer parte integrante deste termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e direitos legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A qualidade e as especificações do objeto deverão atender a legislação federal, estadual e/ou municipal aplicáveis, na forma estabelecida pelos órgãos de controle, bem como as especificações do Anexo I, do Pregão nº 002/2011.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA ATUALIZAÇÃO POR INADIMPLEMENTO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Do Preço - O preço estabelecido é fixo, único e irrevogável, durante a vigência do presente Contrato, e inclui:

- a) todos e quaisquer ônus, quer sejam tributários, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto do Contrato;
- b) o valor considerado para pagamento será o preço unitário de cada produto fornecido, de acordo com o quantitativo efetivamente recebido pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Das Condições de Pagamento

a) O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis, em uma única parcela, mediante crédito em conta corrente, após a entrega do mobiliário e aceite definitivo.

a.1.1. Caso o pagamento não seja efetuado nesse prazo por culpa do CONTRATANTE, o atraso implicará no pagamento de multa 2% calculado sobre o valor da parcela em atraso e incidirá juros de 1% ao mês.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

a.1.2. Incidirão sobre o valor devido, juros de mora de 0,03% (três centésimos por cento) ao dia, relativos ao período compreendido entre a data do vencimento do prazo para pagamento até a data de sua efetivação.

a.1.3. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura, não aceitação do produto ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento susinado até que a CONTRATADA tome as medidas saneadoras necessárias.

b) O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária em conta corrente, indicada pelo fornecedor, após aceitação dos bens licitados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Da Atualização em Caso de Inadimplemento

a) O atraso no pagamento das faturas/notas fiscais por parte da CONTRATANTE implicará no pagamento de multa 2% calculado sobre o valor da parcela em atraso e incidirá juros de 1% ao mês.

CLÁUSULA QUARTA – Do Prazo de Vigência do Contrato

O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, a contar da sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – Das Obrigações das Partes

DA CONTRATADA:

a) Fornecer o mobiliário observando rigorosamente os prazos, as especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Proposta de Preços, observando as normas técnicas exigidas, fornecendo todas as informações eventualmente solicitadas;

b) Orientar seus empregados, considerando as peculiaridades do Órgão e quaisquer dados técnicos referentes ao local da entrega e dos possíveis serviços futuros;

c) Fornecer assistência técnica, durante o período da garantia, por meio de mão-de-obra qualificada, utilizando material, peças e componentes necessários, novos;

d) Responsabilizar-se por todas as despesas relativas aos materiais, mão-de-obra, embalagens, ferramentas, fretes, transportes, impostos, taxas, ou quaisquer outras incidentes sobre o fornecimento e os serviços;

e) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus empregados na entrega do material e na prestação dos serviços;

f) Fornecer, junto com o mobiliário, a Nota Fiscal-Fatura.

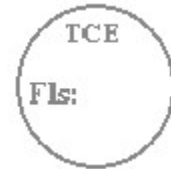
DA CONTRATANTE

a) Proporcionar todas as facilidades para que a empresa contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições do processo da execução e fornecimento do mobiliário;

b) Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor, fixando prazo para substituição dos bens;

c) Designar a Comissão de Recebimento para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, bem como efetuar os recebimentos provisórios e definitivos;

d) Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

CLÁUSULA SEXTA – Do Reajuste

O preço é fixo e irremovível durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Inexecução e da Rescisão do Contrato

A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei, com assento no Capítulo IX, Seção VIII, da Lei estadual nº 16.920/2010, nos seguintes casos:

I - por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XV, XX e XXI do art. 177;

II - consensual, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**.

III - judicialmente, na forma da legislação;

IV - 1º A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização motivada da autoridade competente.

V - Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I e XVI a XX do art. 177, da Lei estadual nº 16.920/2010, sem que haja culpa do contratado, será ele ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

- a) devolução da garantia;
- b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- c) pagamento do custo da desmobilização, se for o caso.

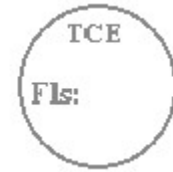
VI - Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual período.

VII - A rescisão de que tratam os incisos II a XII do art. 177 da Lei estadual nº 16.920/2010, acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei:

- a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b) ocupação e utilização do local e das instalações, bem como a utilização de equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V, do art. 138, da Lei estadual nº 16.920/2010;
- c) execução da garantia contratual e cobrança dos valores das multas e indenizações, para ressarcimento da Administração;
- d) retenção de créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

VIII - A Administração poderá, no caso de recuperação judicial, manter o contrato, podendo assumir o controle direto de determinadas atividades e serviços essenciais.

VIV - Na hipótese do inciso II, do art. 179, da Lei estadual nº 16.920, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da autoridade máxima da **CONTRATANTE**, conforme o caso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

CLAUSÚLA OITAVA – DO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO

a) Os móveis serão recebidos por uma comissão de servidores designados para tal fim, pela Segunda Divisão de Fiscalização de Engenharia, ficando-lhes assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens constantes deste Termo de Referência, além dos seguintes:

- a.1. conferir as especificações, quantidade e qualidade dos móveis e a correção da sua montagem;
- a.2. atestar a Nota Fiscal ou Fatura da empresa;
- a.3. encaminhar a Nota Fiscal à Segunda Divisão de Fiscalização de Engenharia ou para a Divisão Administrativa para fins de registros e posterior pagamento.

b) A empresa contratada deverá efetuar a entrega dos móveis em perfeitas condições de uso, conforme a proposta apresentada, as especificações técnicas e os níveis de qualidade exigidos, dentro do horário de expediente do Órgão.

c) A fiscalização será exercida pela Segunda Divisão de Fiscalização de Engenharia, a qual competirá dirimir dúvidas que surgirem no decorrer do período do contrato.

d) Sem prejuízo da plena responsabilidade da empresa perante o Tribunal ou a terceiro, os serviços estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora, em todos os móveis instalados ou completados e a presença da fiscalização não diminuirá a responsabilidade da empresa contratada na sua execução.

e) Caberá a Segunda Divisão de Fiscalização de Engenharia, efetuar as chamadas relativas à manutenção corretiva e ajustes em geral.

f) À Comissão de Recebimento fica assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens do Termo de Referência, da proposta da empresa, além das seguintes:

f.1. solicitar justificadamente a substituição de qualquer empregado da empresa contratada que comprometa a perfeita execução dos serviços; que crie obstáculos à fiscalização; que não corresponda às técnicas ou às exigências disciplinares da Administração; ou aquele cujo comportamento ou capacidade técnica a fiscalização julgue impróprio para a execução dos serviços;

f.2. rejeitar, totalmente ou em parte, qualquer material que não esteja de acordo com as exigências, ou aquele que não seja comprovadamente original e novo, assim considerados de primeiro uso;

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

a) As despesas para o processamento e pagamento do objeto do presente Pregão relativas ao presente exercício correrão à conta do crédito orçamentário **2011. 0201. 01. 032. 3002. 2035, grupo 04 (investimento), natureza de despesa 4.4.90.52.24 (Mobiliário em Geral)** do vigente Orçamento Geral do Estado de Goiás para o Tribunal de Contas e, em caso de prorrogação nos exercícios subsequentes, à conta de crédito apropriado consignado nas respectivas Leis Orçamentárias Anuais.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da Vinculação

Vincula-se o presente Contrato às disposições da Lei estadual nº 16.920/2010, da Lei Complementar nº 123/2006 e Pregão nº 002/2011, à proposta da **CONTRATADA**, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO

Fica eleito o foro desta cidade de Goiânia, Estado de Goiás, para dirimir todas as questões decorrentes da execução deste contrato, não obstante qualquer outro domicílio que a CONTRATADA venha adotar, ao qual, expressamente, aqui renuncia.

E, por assim estarem justos e contratados, lavrou-se o presente contrato, em 04 (quatro) vias de igual teor, que, após lido e aprovado, vai devidamente assinado pelas partes.

Gabinete da Presidência do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS**, em Goiânia,
aos ____ de _____ de 2010.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
Conselheiro Presidente Gérson Bulhões Ferreira

CONTRATADA